

## SUMÁRIO DO VOLUME II

APRESENTAÇÃO DA EDITORA.....	5
NOTA DO DIRETOR.....	7
SOBRE O DIRETOR.....	9
COLABORADORES DO DIRETOR.....	11
ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	13

### VOLUME II

#### Direito Processual Penal

#### PARTE XII • Provas

67. A quem cabe o ônus da prova?.....	21
68. A quem compete provar o álibi? .....	44
69. Cabe condenação com base nas provas colhidas no inquérito policial?.....	58
70. Pode o juiz, validamente, determinar a produção de provas de ofício? .....	81
71. É admissível, de algum modo, a prova ilícita no processo?.....	96
72. A filmagem produzida pela vítima ou captada por terceiro é prova ilícita? .....	127
73. Como analisar a gravação clandestina no contexto da ilicitude da prova?.....	147
74. Admite-se o recebimento da denúncia ou queixa sem o exame de corpo de delito nos casos de crimes que deixam vestígios? .....	171
75. A perícia, nos crimes contra as relações de consumo, é indispensável? .....	187
76. Nos delitos sexuais, como se prova a materialidade? .....	201
77. O exame de corpo de delito, relativo à lesão corporal grave, por incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias, demanda exame complementar obrigatório? Em qual prazo? .....	220
78. O bafômetro equivale à perícia de laboratório para fins de demonstração da materialidade? .....	233

79. Para a configuração do furto qualificado pela destruição ou rompimento de obstáculo ou por meio de escalada, depende-se, necessariamente, de exame pericial? .....	247
80. O exame para o reconhecimento de escritos obriga a colaboração do suspeito ou indiciado, fornecendo material? .....	262
81. Em que medida o juiz vincula-se à conclusão do laudo pericial? .....	272
82. Para a anulação de ato realizado por meio de videoconferência, mesmo anterior à edição da Lei 11.900/2009, demanda a demonstração de prejuízo? .....	285
83. O silêncio pode ser interpretado em desfavor do réu? .....	299
84. São admissíveis as reperguntas da defesa de delatado em relação a corréu delator? ...	312
85. A confissão pelo réu pode suprir laudo pericial? .....	334
86. A confissão é instrumento suficiente para sustentar a condenação do acusado? .....	349
87. Qual o valor da confissão extrajudicial? .....	362
88. Qual o valor da delação? .....	378
89. Qual o valor da palavra da vítima no processo penal? .....	387
90. Em que medida a prova testemunhal é apta a suprir o exame de corpo de delito? .....	403
91. O compromisso é indispensável para que a pessoa se qualifique como testemunha e possa cometer o crime de falso testemunho? .....	418
92. Como avaliar a declaração prestada por criança ou adolescente? .....	430
93. Qual a ordem das perguntas dirigidas às testemunhas, levando-se em conta o juiz e as partes? Eventual inversão gera nulidade? .....	444
94. É indispensável a presença do réu para acompanhar a produção da prova testemunhal em audiência? .....	456
95. É fundamental garantir a presença do acusado, acompanhando a colheita da prova testemunhal, realizada por precatória? .....	473
96. Deve-se intimar a defesa da data da audiência a ser realizada no juízo deprecado? ....	486
97. A prova testemunhal, colhida por gravação, demanda transcrição antes de seguir o processo para o segundo grau? .....	498
98. O reconhecimento fotográfico é apto a gerar a comprovação da autoria do crime? ...	515
99. Como se mensura o interesse ao processo para justificar a apreensão de coisas? .....	527
100. Cartas podem ser apreendidas e ter o seu conteúdo violado validamente? .....	541
101. Admite-se o mandado de busca genérico? Em que medida? .....	559

### PARTE XIII • Procedimento e júri

102. É preciso fundamentar o recebimento da denúncia nos ritos que preveem defesa preliminar? .....	666
103. É admissível a denúncia genérica no concurso de pessoas? .....	687
104. A denúncia ou queixa alternativa é legalmente válida? .....	711
105. Como se caracteriza a inépcia da denúncia ou queixa? .....	725
106. Em que extensão deve a pronúncia ser fundamentada? .....	754
107. Para a pronúncia, torna-se essencial a prova certa da materialidade? .....	782



108. Podem ser afastadas as qualificadoras, constantes da denúncia ou queixa, por ocasião da pronúncia?.....	802
109. Como se avalia a dúvida sobre a imparcialidade do júri para o caso de desaforamento? .....	821
110. Em que medida devem os jurados ficar incomunicáveis? .....	833
111. É cabível a inovação da tese defensiva por ocasião da tréplica? .....	864
112. Como avaliar as referências proibidas feitas pelo art. 478 do CPP na prática dos debates? Cuida-se de nulidade relativa ou absoluta? .....	887

#### PARTE XIV • Recursos e ações de impugnação

113. O protesto por novo júri foi eliminado do sistema processual pela Lei 11.689/2008 ou ainda remanesce para os crimes cometidos anteriormente à edição da referida lei? ..	905
114. Interposta apelação somente pelo órgão acusatório, é viável decisão em favor do réu, se não houve pedido nesse sentido? .....	917
115. Como resolver o conflito entre réu e defensor no tocante ao direito de recorrer? .....	931
116. Tem o acusado interesse em recorrer, no caso de sentença absolutória ou decisão de impronúncia?.....	942
117. O rol do recurso em sentido estrito (art. 581 do CPP) é taxativo? .....	960
118. Cabe mandado de segurança para conferir efeito suspensivo ao recurso em sentido estrito? .....	977
119. Cabe a correção de erro material, em grau de recurso, ainda que prejudique o réu, sendo somente este a recorrer? .....	989
120. A interposição de embargos declaratórios sempre interrompe o prazo para outros recursos? .....	1002
121. Em que medida a revisão criminal pode ferir a soberania do júri? .....	1016
122. Como interpretar o requisito de ser a decisão contrária à evidência dos autos? .....	1031
123. É cabível revisão criminal para alterar a pena anteriormente imposta? .....	1047
124. A quem cabe o ônus da prova na ação revisional? .....	1056
125. Cabe revisão criminal contra incidentes da execução penal, particularmente a unificação de penas? .....	1067
126. A procedência de revisão criminal, em caso de erro judiciário, gera direito de indenização ao condenado, consagrando-se a responsabilidade objetiva do Estado?.....	1079
127. Cabe mandado de segurança para questionar a quebra de sigilo (fiscal, bancário ou telefônico)? .....	1098
128. Cabe <i>habeas corpus</i> para combater punição disciplinar militar? .....	1109
129. Cabe <i>habeas corpus</i> para discutir progressão de regime? .....	1120

#### PARTE XV • Execução penal

130. A lei penal benéfica deve ser aplicada, após o trânsito em julgado de decisão condenatória, pelo juízo da execução penal ou por meio de revisão criminal?.....	1132
---	------